



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO  
DOUTORADO EM DIREITO PÚBLICO**

**EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E O  
TRABALHADOR AUTÔNOMO ECONOMICAMENTE DEPENDENTE:  
UMA PROPOSTA DE TRATAMENTO JURÍDICO**

**FLÁVIA MOREIRA GUIMARÃES PESSOA**

**SALVADOR  
Março/2008**

**FLÁVIA MOREIRA GUIMARÃES PESSOA**

**EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E O TRABALHADOR  
AUTÔNOMO ECONOMICAMENTE DEPENDENTE:  
UMA PROPOSTA DE TRATAMENTO JURÍDICO**

**Tese submetida à Faculdade de Direito da  
Universidade Federal da Bahia como requisito  
para a obtenção do título de doutora em  
Direito.**

**Orientador: Prof. Dr. Rodolfo Mário Veiga  
Pamplona Filho**

**SALVADOR  
Março/2008**

## TERMO DE APROVAÇÃO.

Esta Tese foi julgada **APTA** para obtenção do título de Doutor em Direito e aprovada em sua forma final pela Coordenação do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia – PPGD – UFBA.

Salvador, de de 2008

---

Profa. Dra. Mônica Aguiar  
Coordenadora do PPGD-UFBA,

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr Rodolfo Mário Veiga Pamplona Filho  
Presidente

---

Membro

---

Membro

---

Membro

---

Membro

## AGRADECIMENTOS

Registro meu agradecimento a Deus e às pessoas e instituições sem as quais a realização do curso que ora culmina com a realização desta Tese não teria sido possível.

A Deus, pelo dom da vida.

À minha família, em especial a meus pais e ao meu esposo, pelo apoio, paciência e compreensão durante os períodos de ausência.

Ao Professor Doutor Rodolfo Mário Veiga Pamplona Filho, pela dedicada orientação e pelo constante incentivo. Considero-o o grande responsável pelo desenvolvimento profícuo da tese.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia pelos ensinamentos.

Aos colegas de curso, pelo companherismo e pelos debates, quer no curso das disciplinas, quer nas discussões do grupo de pesquisa.

Aos colegas do TRT da 20ª Região pelo apoio, sem o qual não teria sido possível meu afastamento das atividades judicantes para efeito de realização dos créditos do curso na cidade de Salvador.

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram na realização deste trabalho.

## RESUMO

Este trabalho apresenta uma nova proposta de tratamento jurídico diferenciado à categoria dos trabalhadores autônomos economicamente dependentes, através da hermenêutica constitucional concretizadora dos direitos fundamentais. Apresenta, também, um anteprojeto de lei de criação do Estatuto do Trabalhador Autônomo Economicamente Dependente. Seu ponto de partida é a hermenêutica constitucional dos direitos fundamentais, desenvolvida a partir da definição, fundamentação filosófico-jurídica, evolução histórica e conteúdo essencial dos direitos fundamentais. A análise do direito do trabalho no contexto de uma sociedade globalizada permite demonstrar que as tradicionais estruturas fundadas na relação de emprego juridicamente subordinado estão dando lugar a novas espécies de relação de trabalho. Estas, se por um lado, não apresentam as tradicionais características da subordinação jurídica, por outro demonstram a permanência da sujeição do prestador de serviço, sob o viés da dependência econômica. Nesse contexto, surge a figura do trabalhador autônomo economicamente dependente, cuja individualização é importante para a adequada diferenciação das figuras afins. As análises de direito estrangeiro, em especial o tratamento jurídico existente na Alemanha, Portugal, Itália e Espanha permitem extrair subsídios para a caracterização do trabalhador autônomo economicamente dependente. Contribuem, também, para precisar o regime jurídico aplicável. Deve ser salientado, contudo, que é necessária uma prévia compatibilização com o sistema jurídico brasileiro e com a realidade social nacional. O trabalho demonstra que um tratamento jurídico específico dos trabalhadores autônomos pode ser extraído diretamente da Constituição Federal, a partir da identificação dos direitos fundamentais trabalhistas nela insertos. Porém, é preciso levar em conta a necessidade de especificação de direitos, bem como a regulamentação de algumas situações jurídicas específicas. Para tanto, é importante a elaboração e discussão de um Estatuto do Trabalhador Autônomo Economicamente Dependente, para que o ordenamento jurídico brasileiro seja dotado de sistema normativo necessário para a regulamentação da realidade dos contratos de trabalho celebrados no país.

Palavras-chave: trabalhador autônomo, dependência econômica, direitos fundamentais, subordinação jurídica, direito estrangeiro.

## ABSTRACT

This work presents a new proposal for a different legal treatment to the category of standalone workers economically dependent through constitutional hermeneutics of fundamental rights. It also presents a draft bill for the creation of the Statute of the Autonomous Workers Economically dependent. The starting point of the argument is constitutional hermeneutic of fundamental rights, which is taken from the presentation of the definition, philosophical reasons, historical development and essential content of the Fundamental Rights. The analysis of labor law in the context of a globalized society, allows demonstrate that the traditional structures based on the relationship of employment subordinated are changing to new kinds of relationship that, if the one hand does not have the traditional characteristics of legal subordination on the other demonstrate the permanence of the dependence of the provider of service under the bias of economic dependence. In this context, appears the standalone worker economically dependent, which is important to individualize in order to verify the differences with figures like. Analyses of foreign law, in particular the legal treatment in Germany, Portugal, Italy and Spain allow extract subsidies both for the characterization of the standalone worker economically dependent as to clarify the Law applicable. Should be noted, however, the need of compatibization with the Brazilian legal system and the nacional social reality . The treatment of such a special legal category can be extracted directly from the Federal Constitution, by the identification of fundamental labor rights in it inserts. However, taking into account the need for specification of rights and the regulation of certain specific legal situations, it is important the discussion of a Statute of the Autonomous Economically Dependent worker in order to put the brazilian law up to date to the new kinds of work that are being used all over the world.

**Keywords:** standalone worker, economic dependency, human rights, legal subordination, foreign law.

## RESUMÉ

Le présent travail présente une nouvelle proposition de traitement juridique différencié à la catégorie des travailleurs indépendants économiquement dépendants à travers l'herméneutique constitutionnelle concretizadora des droits fondamentaux. De plus, aussi présente un avant-projet de loi de création du Statut du Travailleur Indépendant Économiquement Dépendant. Le point de départ de la thèse est l'herméneutique constitutionnelle des droits fondamentaux, ce qui est entrepris à partir de la présentation de la définition, fondement filosófico-jurídica, évolution historique et contenu essentiel du Droit Fondamental. L'analyse du droit du travail dans le contexte d'une société globalisée permet de démontrer que les traditionnelles structures établies dans la relation d'emploi juridiquement subordonné donnent place les nouvelles espèces de relation d'emploi que, si d'une part ils ne présentent pas les traditionnelles caractéristiques de la subordination juridique, d'autre part démontrent la permanence de la dépendance du prêteur de service, sous la polarisation de la dépendance económica. Dans ce contexte, apparaît la figure du travailleur indépendant économiquement dépendant, dont l'individualización est importante pour l'ajustée différenciation des figures semblables. Les analyses de droit étranger, en particulier le traitement juridique en Allemagne, le Portugal, Italie et Espagne permettent d'extraire des allocations de telle façon pour la caractérisation du travailleur indépendant économiquement dépendant combien pour que ait besoin le régime juridique applicable, devant être fait ressortir, néanmoins, qu'est nécessaire une préalable compatibilización avec le système juridique brésilien et avec la réalité sociale nationale. Le travail démontre que traitement juridique spécifique des travailleurs indépendants peut être extrait directement de la constitution fédérale, à partir de l'identification des droits fondamentaux travailleurs dans elle insérés. Néanmoins, se tenant compte de la nécessité de spécification de droits, ainsi qu'à de réglementation de quelques situations juridiques spécifiques, c'est important l'élaboration et la discussion d'un Statut du Travailleur Indépendant Économiquement Dépendant pour lequel l'ordre brésilien soit doté d'arsenal juridique nécessaire pour la réglementation de la réalité des contrats de travail célébrés dans le pays.

Mots-clé: travailleur indépendant, dépendance economic, droits fondamentaux, subordination juridique, droit étranger

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

Art. – Artigo.

CF – Constituição Federal

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

E. – Enunciado.

EC – Emenda Constitucional

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

MP – Medida Provisória

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OJ – Orientação Jurisprudencial do TST

SDI – I – Seção de Dissídios Individuais I do TST

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

TST – Tribunal Superior do Trabalho

S. – Súmula

STF – Supremo Tribunal Federal